

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS DE VITÓRIA DA
CONQUISTA LTDA – SICOOB CREDCOOP**

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DA ÁREA DE AÇÃO E DO PRAZO DE
DURAÇÃO**

Art. 1º A Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos, Empresas Privadas e seus Empregados de Vitória da Conquista Ltda. – SICOOB CREDCOOP, CNPJ nº. 02.528.151/0001-42, constituída em 28 de outubro de 1997, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

- I. sede e administração na praça Joaquim Correia, nº. 55, Centro, Vitória da Conquista/BA – CEP: 45.000-907;
- II. foro jurídico na cidade de Vitória da Conquista/BA;
- III. área de ação limitada ao município de Vitória da Conquista;
- IV. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.

Parágrafo único. A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central BA, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

**CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL**

Art. 2º A Cooperativa tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- I. o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- II. prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.



1/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

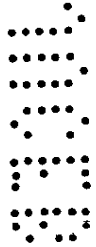
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Cacri de 30.08.2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Nipuaí Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

§ 1º No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os valores e princípios cooperativistas.

§ 2º Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais ou de gênero.

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)

Art. 3º A Cooperativa, ao se filiar ao Sicoob Central BA, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

Art. 4º O Sicoob é um sistema nacional de cooperativas de crédito e se caracteriza por ter um conjunto de diretrizes e normas deliberadas pelos órgãos de administração do Sicoob Confederação, aplicáveis à própria Confederação, às cooperativas centrais e singulares filiadas, resguardada a autonomia jurídica dessas entidades.

Art. 5º O Sicoob é integrado:

- I. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistema Local);
- III. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais mencionadas no inciso II acima;
- IV. pelas instituições vinculadas ao Sicoob.

Art. 6º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.

Art. 7º A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia – Sicoob Central BA, está sujeita às seguintes regras:

- I. aceitação da prerrogativa do Sicoob Central BA representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Sicoob Confederação, o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) ou com quaisquer outras instituições públicas e privadas quando relacionadas às atividades do Sicoob Central BA;
- II. aceitação e cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Local, conforme

 2/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

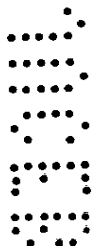
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30/08/2017

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.426.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

definido no art. 5º, II, deste Estatuto Social, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central BA e demais normativos;

- III. acesso, pelo Sicoob Central BA ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;
- IV. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo do Sicoob Central BA ou pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, do sistema local e do Sicoob.

CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE

Art. 8º A Cooperativa responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central BA perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que integralizar, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

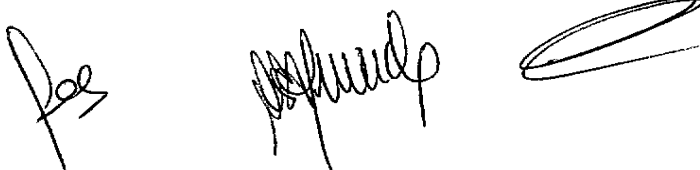
CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 9º Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas e, na área de atuação da cooperativa, sejam servidores públicos municipais, estaduais e federais.

§ 1º Estão englobados na previsão do *caput* os servidores estatutários e empregados públicos, bem como os ocupantes de cargos comissionados de livre nomeação e exoneração, enquanto permanecerem nesta condição.

§ 2º Podem também se associar à Cooperativa:

- I. empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;
- II. empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa e às entidades de cujo capital a Cooperativa participe;
- III. aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação;



3/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

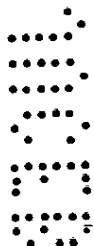
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Decri
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- IV. pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal;
- V. pensionistas de associados vivos ou de falecidos que preenchiam as condições estatutárias de associação;
- VI. pessoas jurídicas sem fins lucrativos, as que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas dos associados pessoas físicas e as controladas por esses associados;
- VII. empresas privadas e seus empregados.

Art. 10. Não podem ingressar na Cooperativa:

- I. as instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da Cooperativa ou que com eles colidam;
- II. as pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade cooperativa.

Art. 11. O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

Art. 12. Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

§ 1º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.

§ 2º Havendo posterior redução do capital mínimo, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.

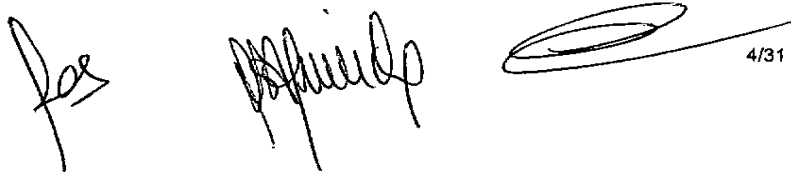
§ 3º O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.

§ 4º O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 13. São direitos dos associados:

- I. tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;



4/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

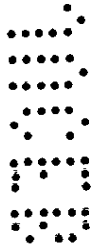
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;
- III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, reservados aqueles protegidos por sigilo;
- VI. tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;
- VII. demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

§ 1º O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.

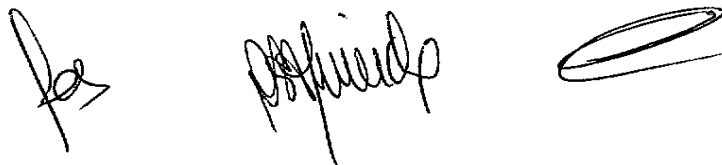
§ 2º Também não pode votar e nem ser votado, o associado pessoa natural que preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa.

§ 3º O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 14. São deveres dos associados:

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;
- II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;
- III. zelar pelos interesses morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;
- IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa;
- VI. manter suas informações cadastrais atualizadas;
- VII. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso,



5/31



ESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
das praticadas consta do Ofício 17438/2017 BCB, datado
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Conferência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Tripodi
Análise de Crédito Geral
17051490-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ampla fiscalização da Cooperativa, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;

- VIII. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;
- IX. comunicar ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva, por escrito e mediante protocolo, se dispuser de indícios consistentes, a ocorrência de quaisquer irregularidades, sendo vedados o anonimato e a divulgação interna ou externa, por qualquer meio, de fatos ainda não apurados, e ainda a divulgação fora do meio social de fatos já apurados ou em apuração.

CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA DEMISSÃO

Art. 15. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

§ 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.

§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

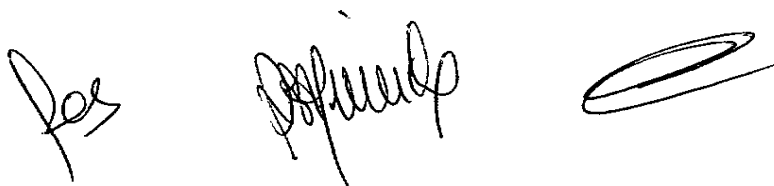
§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.

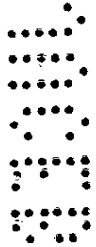
SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

Art. 16. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária.

Art. 17. Além das infrações legais ou estatutárias, o associado poderá ser eliminado quando:

- I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa;
- II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabone, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos constantes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;

 6/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diogo Tripodi

Diogo Tripodi
Assessor do Banco Central
CNPJ 2.420.750-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- III. deixar de cumprir com os deveres expostos neste Estatuto Social;
- IV. deixar de honrar qualquer compromisso perante a Cooperativa, ou perante terceiro, no qual a Cooperativa tenha prestado qualquer espécie de garantia pela qual ela seja obrigada a honrar em decorrência da inadimplência do associado;
- V. estiver divulgando entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.

Art. 18. A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração.

§ 1º O associado será notificado por meio de carta em que esteja descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.

§ 2º O associado que não for localizado no endereço constante na ficha cadastral será notificado por meio de edital em jornal local de ampla circulação.

§ 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da carta ou da publicação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

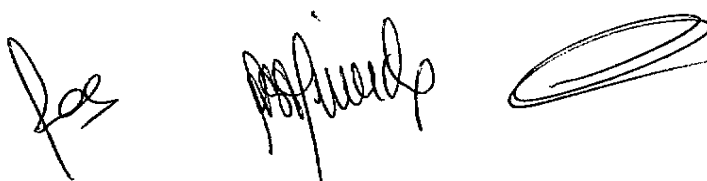
Art. 19. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

- I. dissolução da pessoa jurídica;
- II. morte da pessoa natural;
- III. incapacidade civil não suprida;
- IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Parágrafo único. A exclusão com fundamento nas disposições dos incisos I, II e III será automática e a do inciso IV, por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO

Art. 20. A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.



7/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
seus procedimentos consta do Ofício 17438/2017 BCB/Decri
de 30.08.2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Setor de Atendimento ao Cliente em Salvador.

Diega Tripodi

Diega Tripodi
Analista do Banco Central
CPF: 2.420.750-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

§ 1º Em caso de desligamento do quadro social:

- I. a responsabilidade descrita no *caput* perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento;
- II. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes.

§ 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

Art. 21. O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 2 (dois) anos, contados do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.

Parágrafo único. A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no *caput* caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.

Art. 22. O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 19 deste Estatuto Social, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 01 (um) ano, contado a partir do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

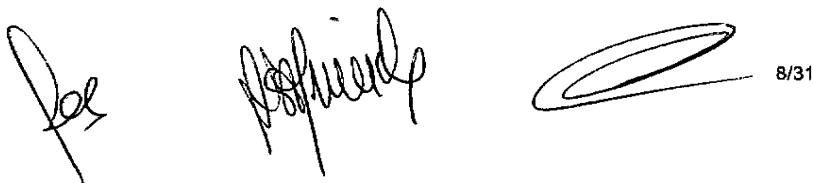
Art. 23. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

Art. 24. No ato de admissão, cada associado, inclusive o associado digital, deverá subscrever no mínimo 100 (cem) quotas-partes, as quais deverão ser integralizadas à vista ou em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º Para aumento contínuo de capital social, todos os associados subscreverão e integralizarão quotas-partes, de acordo com política estabelecida pelo Conselho de Administração.

§ 2º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da Cooperativa.

§ 3º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. 20, § 1º, II, deste Estatuto Social.



8/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

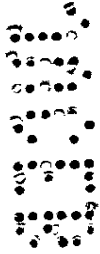
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



DECLARAÇÃO que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
efeitos praticados consiste do Ofício 17438/2017 BCB/Decri
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador

Diego Tripodi

Diego Tripodi
Analista do Serviço Central
Matr. 2.490.59-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

§ 4º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.

§ 5º Na integralização de capital feita após o prazo final estipulado no momento da associação será cobrado juros de mora nos limites da lei.

Art. 25. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO II DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL

Art. 26. Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

§ 1º O valor destinado à remuneração do capital não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) das sobras apuradas no exercício.

§ 2º Os valores percebidos pelos associados a título da remuneração prevista no caput serão integralizados ao capital dos associados; salvo deliberação contrária da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

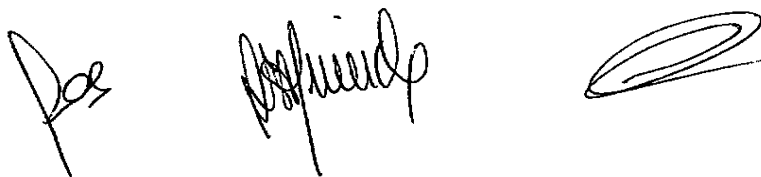
SEÇÃO I DA TRANSFERÊNCIA

Art. 27. As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia.

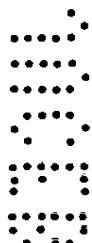
SEÇÃO II DO RESGATE ORDINÁRIO

Art. 28. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzido das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

- I. a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;



9/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf
(30/08/2017)
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Grêmios Técnicos Regionais em Salvador.

Diogo Tripodi

Diogo Luiz Tripodi Pessoa
Presidente do Banco Central
CPF: 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- II. em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, a critério do Conselho de Administração;
- III. no caso de desligamento de associado digital, a restituição de capital integralizado será imediata para valores até R\$300,00 (trezentos reais);
- IV. os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, a critério do Conselho de Administração;
- V. os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

Art. 29. O resgate de quotas-partes integralizadas depende, inclusive, da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, sendo o resgate parcial solicitado pelo associado, condicionado, ainda, à autorização específica do Conselho de Administração, que observará critérios de conveniência e oportunidade e demais condições normativas.

TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS

CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS

Art. 30. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 31. As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

- I. pela distribuição entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
- II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;
- III. pela manutenção na conta sobras/perdas acumuladas;
- IV. pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.

Art. 32. As perdas apuradas no exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, em caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:

 10/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Conselho
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB, Dief
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Siqueira Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Nº 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- I. mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a Cooperativa:
 - a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;
 - b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas;
 - c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional.
- II. mediante rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II DOS FUNDOS

Art. 33. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

- I. 35% (trinta e cinco por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da Cooperativa.

Art. 34. Além dos fundos previstos no art. 33, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos de provisões, constituídos com recursos destinados a fins específicos, de caráter temporário, fixando o modo de formação, de aplicação, de liquidação e de futura devolução aos associados que contribuíram para sua formação.

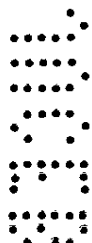
Parágrafo único. Fica estabelecido, de acordo com o previsto no *caput*, a constituição do Fundo de Expansão, cuja composição será de 15% das sobras líquidas de cada exercício, sendo a sua finalidade a aquisição de Bens para o Ativo Permanente da Cooperativa, além da aquisição da sede própria, estruturação e/ou reforma da sede e pontos de atendimento, com prazo de vigência iniciando em 2017 até o fim do exercício de 2022, devendo ser liquidado mediante deliberação da assembleia, sendo o saldo eventualmente existente destinado na mesma ocasião.

TÍTULO V DAS OPERAÇÕES

Art. 35. A Cooperativa poderá realizar operações e prestar serviços permitidos pela regulamentação em vigor.

§ 1º A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvadas as operações realizadas com outras

11/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB de data de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.650-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, é permitida a prestação de outros serviços de natureza financeira e afins a associados e a não associados.

§ 3º As operações de depósitos à vista e a prazo e de concessão de créditos obedecerão aos normativos aprovados pelo Conselho de Administração, pelo Sicoob Central BA e pelo Sicoob Confederação.

Art. 36. A Cooperativa pode participar do capital de outras instituições, desde que respeitadas a legislação e a regulamentação em vigor.

TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 37. A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL

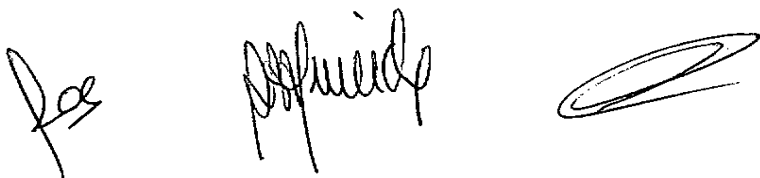
SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO

Art. 38. A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

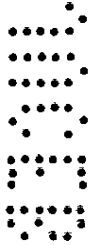
§ 1º As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas.

§ 2º A forma de lavratura das atas consta em normativo específico e deve ser observada pela Cooperativa.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO



12/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Art. 39. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo Presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

§ 2º O Sicoob Central BA poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

- I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;
- II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.

§ 3º O Sicoob Central BA poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.

SEÇÃO III DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO

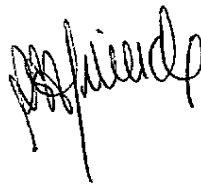
Art. 40. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:

- I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II. publicação em jornal de circulação regular;
- III. comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou por meios eletrônicos.

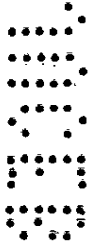
§ 1º Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

§ 2º Quando houver eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO IV DO EDITAL



13/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30 08 2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Secretaria Técnica Regional em Salvador.

Diogo Friepodi

Diogo Silva Friepodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Art. 41. Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:

- I. a denominação social completa da Cooperativa, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;
- II. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- III. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação;
- IV. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do Estatuto Social, a indicação precisa da matéria;
- V. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 39 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento que a solicitou.

SEÇÃO V DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Art. 42. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças da assembleia, é o seguinte:

- I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;
- II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;
- III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.

SEÇÃO VI DO FUNCIONAMENTO

Art. 43. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o Vice-Presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB Desof de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Assis
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central BA, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O Presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da Cooperativa para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

Art. 44. Cada associado será representado na Assembleia Geral da Cooperativa pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.

§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.

§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.

Art. 45. Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

SUBSEÇÃO II DO VOTO

Art. 46. Em regra a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo inclusive a regulamentação própria.

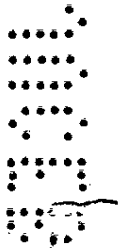
Art. 47. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 53, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE

Art. 48. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

15/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB, Decretado
em 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diogo Tripodi

Diogo Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

SEÇÃO VII DAS DELIBERAÇÕES

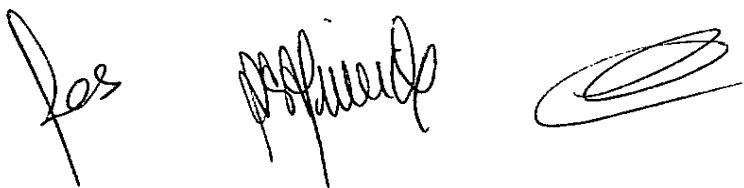
Art. 49. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:

- I. alienação ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;
- II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
- III. aprovação da Política de Governança Corporativa, do Regulamento Eleitoral e da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob;
- IV. julgar recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 18, § 1º deste Estatuto Social;
- V. deliberar sobre a filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central BA.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 50. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

- I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) relatório da auditoria externa;
 - d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.
- II. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;
- III. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;



16/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

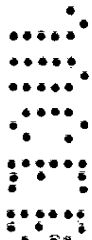
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB-Deof de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa;
- V. fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;
- VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 53 deste Estatuto Social.

Art. 51. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 52. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado em edital de convocação.

Art. 53. É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I. reforma do Estatuto Social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V. prestação de contas do liquidante.

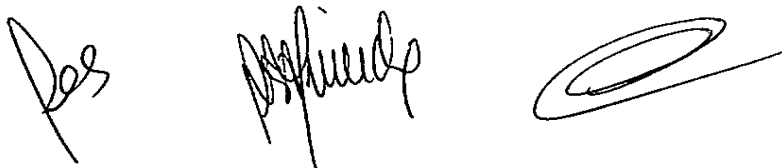
§ 1º São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

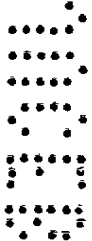
§ 2º Quando houver alteração do endereço da Cooperativa mencionado no inciso I do art. 1º, dentro do mesmo município, a primeira Assembleia Geral para reforma do estatuto social deverá homologá-la conforme deliberação do Conselho de Administração, na forma prevista no Art. 67, inciso XVIII.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Art. 54. São órgãos estatutários da Cooperativa:

- I. Conselho de Administração;


17/31



ESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB Deori de 30/08/2017

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Grêmios Técnicos Regionais em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Tripodi Pereira
Coordenador de Banco Central
Salvador, 14 de Setembro de 2017



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS

Art. 55. O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos estatutários da Cooperativa está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.

Art. 56. São condições para o exercício dos cargos estatutários da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:

- I. ter reputação ilibada;
- II. ser residente no País;
- III. ser associado pessoa natural da Cooperativa;
- IV. não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil ou de outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;
- V. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- VI. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- VII. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- VIII. não estar declarado falido ou insolvente;

18/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

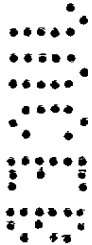
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Georf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diogo Tripodi

Diogo Tripodi
Gerente Técnico Regional



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- IX. não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- X. não responder, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo, crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- XI. não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- XII. não estar em exercício de cargo público eletivo.

§ 1º É condição adicional para exercício de cargo estatutário de administração possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, a qual será dispensada nos casos de eleição de membro, com mandato em vigor no mesmo cargo e órgão para o qual foi eleito, na própria Cooperativa.

§ 2º Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.

§ 3º Não podem compor o Conselho de Administração e/ou a Diretoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, bem como cônjuges e companheiros.

§ 4º Os membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º A condição prevista no inciso IV deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gestão (superintendentes, gerentes e similares) da Cooperativa.

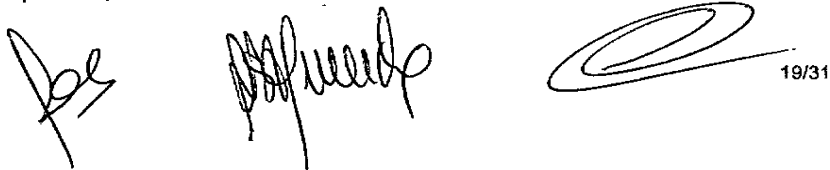
§ 6º A condição de que trata o inciso IV deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas cooperativas, desde que não assumidas funções executivas nessas controladas.

§ 7º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.

SEÇÃO II DA INELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS A CARGOS ESTATUTÁRIOS

Art. 57. São condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos estatutários, inclusive os executivos eleitos:

- I. pessoas impedidas por lei;



19/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



RESUMOS de este documento submetido ao site do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
dados práticos consta do Ofício 17438/2017 BCB/DF datado
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador

Diego Tripodi

Diego César Tripodi Pereira
Assessor do Banco Central do Brasil
Mat. 2.420.651-4



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- II. condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- III. condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo único. A diplomação em cargo público eletivo impede a candidatura a cargos dos órgãos estatutários.

SEÇÃO III DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS

Art. 58. Os membros dos órgãos estatutários, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

Parágrafo único. Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

SEÇÃO IV DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 59. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 9 (nove) membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e os demais conselheiros vogais, todos associados da Cooperativa.

Parágrafo único. Na Assembleia Geral em que houver a eleição do Conselho de Administração, deverão ser escolhidos, entre os membros eleitos, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho de Administração.

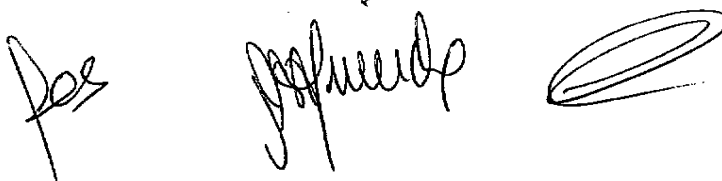
SUBSEÇÃO II DO MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 60. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 61. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que



20/31



TESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
autos processuais consta do Ofício 17438/2017 BCB Desof
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador

Diego Tripodi

Diego Tripodi Pereira
Assessor Técnico
17/08/2017



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

necessário, por convocação do Presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

SUBSEÇÃO IV DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

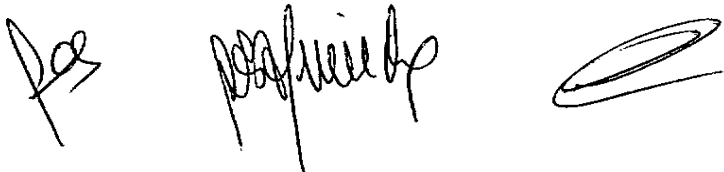
Art. 62. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:

- I. morte ou invalidez permanente;
- II. renúncia;
- III. destituição;
- IV. não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;
- V. patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- VI. desligamento do quadro de associados da Cooperativa;
- VII. diplomação pelo respectivo tribunal ou junta eleitoral em cargo público eletivo.

Parágrafo único. Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

Art. 63. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente.

Art. 64. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros.

 21/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro -
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Acadêmico do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Parágrafo único. Será convocada nova Assembleia Geral, no prazo de 90 (noventa) dias, após a data da ausência, impedimento ou vacância, para eleição de novos membros e ocupação dos cargos vagos.

Art. 65. Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

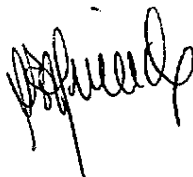
Parágrafo único. Até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.

Art. 66. Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.

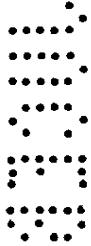
SUBSEÇÃO V DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 67. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

- I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- II. eleger, reconduzir ou destituir, por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;
- IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;
- VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), respeitado o regulamento próprio;
- VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;
- VIII. propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;
- IX. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;



22/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB Desurf
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Assessor do Departamento
Nº 24243



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

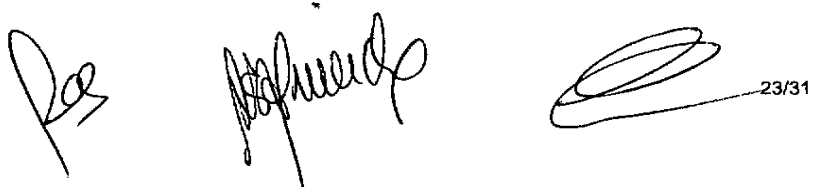
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- X. deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;
- XI. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;
- XII. escolher, ou reconduzir, e destituir os auditores externos;
- XIII. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;
- XIV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas naturais e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;
- XV. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e o Sicoob Central BA;
- XVI. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;
- XVII. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento;
- XVIII. deliberar sobre a alteração de endereço da Cooperativa, vedada a alteração do município sede, de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Art. 68. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. representar a Cooperativa, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central BA, do Bancoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- III. decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;
- V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;





Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

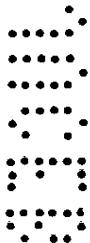
Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



ESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30.10.2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.

Parágrafo único. Na impossibilidade de representação pelo Vice-Presidente, o Presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a representação da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

Art. 69. Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente e exercer as respectivas competências.

Parágrafo único. O Presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao Vice-Presidente.

SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 70. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) diretores, sendo um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor Operacional.

Parágrafo único. Havendo número de diretores inferior a 03 (três), as competências descritas nos artigos 75, 76 e 77 serão cumuladas pelo Diretor Geral e Diretor Administrativo, observando-se, ainda, o seguinte:

- I. os diretores nomeados poderão, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências a gerentes integrantes do quadro funcional da Cooperativa.
- II. aos diretores que cumularem as competências dos demais diretores, não assistirá o direito a percepção de mais de um honorário.

SUBSEÇÃO II DO MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA

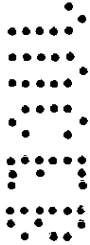
Art. 71. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.

Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA



24/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB-Debrf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diogo Tripodi

Diogo Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.456-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Art. 72. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Geral será substituído, nesta ordem, pelo Diretor Administrativo ou Operacional, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.

§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

§ 2º Aos diretores em substituição não será devida a percepção dos honorários do substituído.

Art. 73. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou na vacância de qualquer cargo de diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.

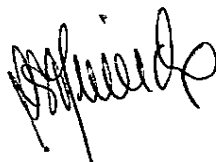
§ 1º Em qualquer caso, o substituto exercerá o mandato até o final do mandato do substituído.

§ 2º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no art. 62 deste Estatuto Social.

SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 74. Compete à Diretoria Executiva:

- I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;
- II. elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;
- III. aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;
- IV. deliberar sobre a contratação e desligamento de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;
- V. avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da Cooperativa;



25/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Assessor de Assessoria Jurídica
Mat. 2.420.452-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- VI. aprovar e divulgar, por meio de Circular, normativos operacionais internos da Cooperativa;
- VII. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central BA e das áreas de Auditoria e Controles Internos;
- VIII. estabelecer o horário de funcionamento da Cooperativa.


Parágrafo único. As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.

Art. 75. Compete ao Diretor Geral, o principal Diretor Executivo da Cooperativa:

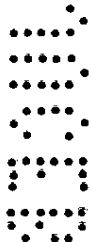
- I. representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 68, I, deste Estatuto Social;
- II. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;
- III. coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- IV. supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- V. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;
- VI. outorgar mandatos a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;
- VII. auxiliar o Presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral.

Art. 76. Compete ao Diretor Administrativo:

- I. assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua área;
- II. substituir o Diretor Geral e o Diretor Operacional;
- III. dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da Cooperativa (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito, etc.);
- IV. executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;



26/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB/Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista de Crédito
M.t. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- V. orientar e acompanhar a execução da contabilidade da Cooperativa, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;
- VI. zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;
- VII. coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes;
- VIII. orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- IX. executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco, etc.);
- X. gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;
- XI. zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;
- XII. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa.

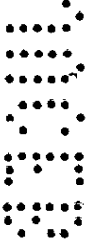
Art. 77. Compete ao Diretor Operacional:

- I. assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua área;
- II. substituir o Diretor Geral e o Diretor Administrativo;
- III. executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;
- IV. zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;
- V. acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;
- VI. elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;
- VII. orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- VIII. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa.

**SUBSEÇÃO V
DA OUTORGA DE MANDATO**

Art. 78. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:

 27/31



ESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB, Data de 30/08/2017

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judicium*;
- II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;
- III. deverá constar que o empregado da Cooperativa sempre assine em conjunto com um diretor.

Art. 79. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no *caput* deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

CAPÍTULO VI DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL

Art. 80. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 03 (três) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regulamento próprio.

§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

Art. 81. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no art. 62, incisos I a VII, deste Estatuto Social.

Parágrafo único. Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

Art. 82. No caso de vacância, será efetivado membro suplente, obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente.


28/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 ECB, Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Art. 83. Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

SEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Art. 84. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 3 (três) membros efetivos ou dos suplentes previamente convocados;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

§ 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si um Coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um Secretário para lavrar as atas.

§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

§ 3º Os membros suplentes, quando convocados para substituir membros efetivos, participarão das reuniões, com direito a voz e voto, bem como a receber cédula de presença e ter as despesas ressarcidas.

§ 4º Independentemente de convocação, os membros suplentes poderão participar das reuniões, sem direito a voto, cédula de presença e ressarcimento de despesas.

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 85. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;
- III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB-Deorf de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

- IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;
- V. convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;
- VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os atos materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- VIII. aprovar o próprio regimento interno.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, dos Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

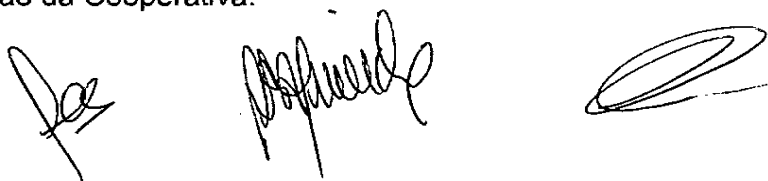
TÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

Art. 86. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:

- I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
- II. pela alteração de sua forma jurídica;
- III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;
- IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, a dissolução da Cooperativa poderá ser promovida judicialmente, a pedido de qualquer associado ou do Banco Central do Brasil, caso a Assembleia Geral não a realize por iniciativa própria.

Art. 87. Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, será nomeado um Liquidante e um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros, para procederem a liquidação da Cooperativa.

 30/31



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
atos praticados consta do Ofício 17438/2017 BCB Data
de 30/08/2017
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego Silva Tripodi Pereira
Assessor do Banco Central
CPF: 2.420.450-1



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

§ 1º A Assembleia Geral, nos limites das atribuições que lhe cabe, poderá, a qualquer tempo, destituir o Liquidante e os membros do Conselho Fiscal, designando os respectivos substitutos.

§ 2º Em todos os atos e operações, o Liquidante deverá usar a denominação da Cooperativa seguida da expressão "Em Liquidação".

§ 3º O processo de liquidação somente poderá ser iniciado após aprovação da eleição do Liquidante pelo Banco Central do Brasil.

Art. 88. A dissolução da sociedade importará, também, no cancelamento da autorização para funcionamento e do registro.

Art. 89. O Liquidante terá todos os poderes normais de administração, bem como poderá praticar os atos e as operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

Parágrafo único. Não poderá o Liquidante, sem autorização da Assembleia Geral, gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

Art. 90. A liquidação da Cooperativa obedece às normas legais e regulamentares próprias.

TÍTULO VIII DA OUVIDORIA

Art. 91. A Cooperativa adere ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 92. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

Art. 93. O presente Estatuto Social possui redação consolidada na forma das alterações efetuadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de julho de 2017.


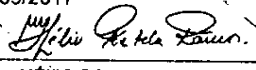
Vitória da Conquista, 31 de julho de 2017.

**Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos, Empresas Privadas e seus
Empregados de Vitória da Conquista Ltda. - SICOOB CREDCOOP**


Rejane Silva de Almeida
Presidente


Pedro Eivaldo Cairo Silva
Vice-Presidente


Jeandro Silva Oliveira
Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/09/2017 SOB Nº: 97696911 Protocolo: 17/051490-0, DE: 11/09/2017
Empresa: 29 4 0002472 6 COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS DE VITORIA DA CONQUISTA LTDA. - SICOOB	 HÉLIO PORTELA RAMOS SECRETARIO-GERAL

31/31



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



Este documento foi submetido ao exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos
prejuízos consta do Ofício 1438/2017 BCB/Deorf

de 30.08.2017

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Central de Atendimento ao Cliente - Agência Técnica Regional em Salvador.

Diego Tripodi

Diego S. Tripodi
Analista do Banco Central
Mat. 2.420.470-00



Certifico o Registro sob o nº 97696911 em 13/09/2017

Protocolo 170514900 de 11/09/2017

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES PUBLICOS, EMPRESAS PRIVADAS E SEUS EMPREGADOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 71845892476067

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/09/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral